



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 225/2020</b>		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES (UASG 926775)		
<b>PROCESSO DE COMPRAS Nº 8717/2020</b>		
SETOR	GERÊNCIA DE LICITAÇÕES	
TIPO	<b>MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM</b>	
<b>BASE LEGAL</b>	Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei nº 10.520, de 17.07.2002, à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações, ao Decreto 10.024/2019, de 10.09.2019, às Leis Estaduais nº 5.848, de 13.03.2006, e alterações, 6.206, de 24.09.2007, nº 8.237, de 05.07.2018 e Lei 8.747/2020, e aos Decretos Estaduais nº 25.728, de 25.11.2008, 26.531, de 14.10.2009, 26.533, de 15.10.2009 e 30.785, de 28.08.2018, e suas respectivas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21.06.1993.	
<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para tratamento de óleo por processo de termovácuo, a ser realizado no Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, além de manutenção corretiva da parte interna e ativa do transformador do Centro Administrativo da Saúde – CAS.	
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS</b>	<b>DIA</b>	<b>HORÁRIO</b>
	<b>08/01/2021</b>	<b>09:00</b>
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o <u>horário de Brasília/DF</u> e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.		
<b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:</b> -Secretaria de Estado da Saúde – Telefone: (79) 3226-8326 - <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a> - <a href="http://www.comprasnet.se.gov.br">www.comprasnet.se.gov.br</a> - <a href="mailto:pregaosaude.03@gmail.com">pregaosaude.03@gmail.com</a> - Endereço: Secretaria de Estado da Saúde – Coordenação de Licitações. Centro Administrativo da Saúde – Rede Estadual da Saúde – Av. Augusto Franco, Bairro Ponto Novo, nº 3.150, CEP 49.047-040, Aracaju – Sergipe.		
LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>		



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**EDITAL**

**PROCESSO DE COMPRAS Nº 8717/2020**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 225/2020**

**PREÂMBULO**

A Secretaria de Estado da Saúde e o (a) Pregoeiro (a), designado (a) pela Portaria nº 002 de 02 de janeiro de 2020, alterada pela Portaria nº 96/2020, de 20 de julho de 2020, tornam para conhecimento dos interessados, por meio da Gerência de Licitações, sediada no Centro Administrativo da Saúde – Avenida Augusto Franco, nº 3150, Bairro Ponto Novo – Aracaju/SE – CEP: 49097-670, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Secretaria de Estado da Saúde, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela página eletrônica do Portal de Compras do Governo Federal.

**Endereço Eletrônico:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**UASG: 926775**

**1. DO OBJETO:**

- 1.1.** O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para tratamento de óleo por processo de termovácuo, a ser realizado no Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, além de manutenção corretiva da parte interna e ativa do transformador do Centro Administrativo da Saúde – CAS.
- 1.2.** A licitação será realizada em único lote/item.
- 1.3.** O *critério de julgamento adotado será o menor preço global do item*, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

## 2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da SES para o exercício de **2020**, na classificação abaixo:

<b>CÓD. DA UNIDADE</b>	<b>CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>PROJETO OU ATIVIDADE</b>	<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>FONTE DE RECURSO</b>
<b>20401</b>	<b>10.302.0006</b>	<b>2367</b>	<b>3.3.90.00</b>	<b>0214</b>

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**3.7.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**4.1.** A participação será Exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte sediadas em Sergipe na forma da Lei Estadual nº 8747/2020, com base no que assevera a Lei Complementar 123/2006, na Lei Estadual 7.996/2015 que altera e revoga dispositivos da lei 6206/2007 e para Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2007.

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

**4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.3.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.3.3.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**4.3.4.** Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

**4.3.4.1.** Caso a empresa esteja em processo de recuperação judicial, deverá ser apresentada a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93;

**4.3.5.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**4.3.6.** Sociedades Cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**4.4.** Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**4.4.1.1.** A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

**4.4.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**4.4.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.4.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**4.4.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

**4.4.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**4.4.7.** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.4.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.5.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.6.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.7.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.8.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.9.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.10.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**5.11.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.11.1.** Valor unitário e total do lote.

**5.11.2.** As propostas;

**5.11.3.** Fabricante;

**5.11.4.** Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**5.12.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

**5.13.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**5.13.1.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**5.13.2.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**5.14.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

**5.15.** Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22,



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

**5.16.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## **6. FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**6.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor global do item.**

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**6.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser estabelecido/registrado quando do cadastramento do pregão eletrônico no Portal de Compras Governamentais. Especificamente para o presente certame, o referido intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances corresponderá a **R\$ 10,00**.

**6.8.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**6.8.1.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

**6.8.2.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

**6.9.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.10.** **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o lote anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**6.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do menor preço.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.19.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**6.21.** Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, e alterações posteriores.

**6.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.24.** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.26.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º da Lei nº 8.666 de 1993.

**6.27.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**6.28.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

**6.29.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.30.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado, observando o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**7.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**7.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.5.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.5.1.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes do findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**7.6.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**7.6.1.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, através de e-mail, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**7.7.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**7.8.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**7.9.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**7.9.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**7.9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.10.** Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

**8.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.** SICAF;

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**8.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**8.1.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/>);



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**8.1.5.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CADFIMP (<http://www.comprasnet.se.gov.br/cadfimp>);

**8.1.6.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.1.7.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.1.8.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.1.9.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

**8.1.10.** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

**8.1.11.** É dever do licitante, atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**8.1.12.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feitas pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**8.2.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**8.3.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.4.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.4.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

**8.4.2.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

**8.4.3.** Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das ME/EPP e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006 e alterações posteriores.

**8.5.** Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, além do nível de credenciamento exigido, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica** e à **Regularidade Fiscal e trabalhista**:

## **8.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA**



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**8.6.1.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

**8.6.2.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **[www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)**;

**8.6.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**8.6.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**8.6.5.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

**8.6.6.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**8.6.7.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**8.6.8.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de **autorização**;

**8.6.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**8.6.10.** Declaração sobre Empregado Menor, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93.

### **8.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**8.7.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.7.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.7.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.7.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.7.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.7.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

**8.7.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

**8.7.8.** Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**8.7.9.** A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, se for aplicável a esta contratação;

**8.7.10.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

**8.8.** Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da **Qualificação Econômico-Financeira**, deverão apresentar as seguintes documentações:

**8.8.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**8.8.1.1** Caso a empresa se encontre em processo de recuperação judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93;

**8.8.1.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**8.8.1.3.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**8.8.1.4.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

**8.8.1.5.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764 de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**8.8.1.6.** Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**8.8.2.** As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

**8.8.3.** Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**8.8.4.** No caso de licitação para locação de materiais ou para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

**8.9.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, relativamente ao(s) itens arrematados, a **qualificação técnica**, por meio de:



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**8.9.1.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**8.9.1.1.** Deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que tenha executado satisfatoriamente serviços de manutenção preventiva e corretiva em subestações de Média Tensão, em nome dos seus responsáveis técnicos.

**8.9.2.** Para habilitar a empresa deverá apresentar registro ou inscrição da pessoa jurídica licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

**8.9.2.1.** Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA da região pertinente, em nome de Responsável(is) Técnico(s) devidamente registrado no CREA, com habilitação em Engenharia Elétrica, conforme Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de serviços de manutenção preventiva e corretiva em subestações de Média Tensão.

**8.9.3.** Declaração formal, emitida pela empresa, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato, e que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanços técnicos ou financeiras com a Secretaria de Estado da Saúde. A vistoria ao local de execução dos serviços, que é facultada às empresas interessadas, poderá ser agendada previamente com Tacito Vinícius Correia Silva, pelos seguintes telefones:(79) 9 9907-6434.

**8.10.** Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos itens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.** Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail **[pregaosaude.03@gmail.com](mailto:pregaosaude.03@gmail.com)**.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**8.10.1.** Os prazos indicados nos itens **8.10 e 10.1** iniciam-se simultaneamente, devendo os licitantes cumprir ambos. **Independente de manifestação do pregoeiro sobre a documentação anexada ao sistema**, o envio (ou protocolo) dos documentos originais, ou suas cópias autenticadas, é sempre obrigatório.

**8.10.2.** No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos no item **8.10**, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

**8.10.3.** A inobservância de quaisquer dos prazos elencados no item **8.10**, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

**8.10.4.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por ME/EPP ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**8.10.5.** A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

**8.10.6.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.11.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**8.12.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

8.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante arrematante deverá ser encaminhada **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:**

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.2. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**10.2.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.3.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.4.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.4.1.** Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, contemplando todos os dados necessários ao entendimento da proposta apresentada, caso solicitada.

**10.4.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**10.5.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**10.5.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**10.6.** Ocorrendo a situação da inabilitação da empresa arrematante ou a não aceitação de sua proposta, será realizada a convocação do licitante subsequente melhor classificado na sessão de lances de determinado LOTE. Neste caso, se o licitante convocado já estiver arrematado outros ITENS, com habilitação jurídica considerada apta pelo Pregoeiro, será facultado ao licitante convocado, apresentar somente, a Proposta de Preços e a Documentação de Qualificação Técnica descritas item 8.9 deste instrumento convocatório, específica do objeto em questão, via anexação no Sistema ou Correio Eletrônico (e-mail), não havendo, portanto, necessidade de apresentação da documentação na forma física.

## **11. DOS RECURSOS**



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**11.1.** O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(es) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**11.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**11.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**12.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

### **13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**13.1.** Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceite de instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação será até a entrega e recebimento definitivo dos bens, contados a partir da data da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente.

**13.2.** Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

**13.3.** A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**13.4.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**13.5.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento, incluindo a data da postagem de devolução via postal (SEDEX) com AR.

**13.6.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

### **14. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

**14.1.** O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato obedece às regras dispostas nos arts. 14-B a 14-G da Lei nº 5.848/2006.

**14.2.** O reequilíbrio econômico-financeiro é limitado ao preço mínimo de mercado relativo ao objeto contratado.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**14.3.** Caso o preço passe a ser superior ao de mercado, impõe-se, como regra, a instauração de um novo processo licitatório, bem como a avaliação da oportunidade e conveniência da rescisão contratual.

**14.4.** O preço será reajustado, com base na variação do IPCA, após cada 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta final na licitação.

**14.4.1.** Os reajustes de preço serão formalizados por meio de simples apostilamento, de acordo com o disposto no art. 65, §8º, da Lei (Federal) n.º 8.666/93.

**15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**15.1.** Além das disposições estabelecidas e legislação vigente constituirão obrigações da contratante:

**15.2.** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e do projeto básico.

**15.3.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**15.4.** Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA livre acesso aos locais onde serão executados os serviços.

**15.5.** Prestar todos os esclarecimentos necessários à boa execução dos serviços.

**15.6.** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**15.7.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**15.8.** Honrar com o compromisso financeiro previsto no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências ali consignadas.

**16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**16.1.** Prestar ao serviço toda assistência técnica e administrativa mantendo todos os equipamentos, pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, assumindo total e integral responsabilidade pela boa



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

execução e eficiência aos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos.

**16.2** Responsabilizar-se por qualquer acidente ocasionado em decorrência do serviço, tanto ao pessoal a ela diretamente ligado, bem como a terceiros.

**16.3** Efetuar todos os pagamentos de despesa relacionados aos serviços contratados, como: salários, seguro de pessoal, encargos trabalhistas, impostos.

**16.4** Facilitar a ação da fiscalização, facultando seu acesso a qualquer parte do serviço para inspeção dos serviços ou materiais, inclusive onde estejam armazenados.

**16.5** A responsabilidade por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços contratados, uso das patentes registradas, e ainda que resultem de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação do serviço até a definitiva aceitação da mesma até pela Contratante, bem como indenização que possam vir a ser devidas à terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrido em via pública, ou local de terceiros.

**16.6** Obriga-se a refazer os serviços condenados pela Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

**16.7** A fiscalização poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo de outras sanções que esteja sujeito a Contratada e sem que tenha direito a qualquer indenização, sempre que haja qualquer defeito essencial em execução de serviço ou material posto ou utilizado no serviço.

**16.8** A Contratante através da Fiscalização poderá exigir da Contratada a substituição de qualquer profissional, desde que verificada sua incompetência para execução das tarefas, bem como hábitos de conduta nocivos a boa administração dos serviços.

**16.9** Com relação aos equipamentos de segurança, a Contratada se obriga à manter no serviço todos os equipamentos de segurança de proteção individual “EPI” e de proteção coletiva “EPC”, necessários à execução dos serviços, sendo estes em bom estado de conservação.

**16.10.** Deverão ser observadas as normas pertinentes ao assunto, em especial as Normas NR-10.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**16.10.1** Serão utilizados todos os equipamentos classificados como EPI, tais como: óculos contra impactos e respingos, luvas de raspa, protetor auricular, botas, máscaras, uniformes completos, além de outros que se fizerem indispensáveis.

**16.10.2** Deverá ainda ser previsto a colocação de avisos e sinalização de risco e perigo, mas de fácil visibilidade e com instruções claras.

**16.10.3** Os relatórios dos serviços e qualificação deverão ser entregues no Máximo 25 dias úteis após o término dos trabalhos, com todas as especificações e dados dos equipamentos, programação e pessoal, identificação dos instrumentos usados na qualificação, calibração do validador, critérios de aceitação, relação dos estudos qualificados, posicionamento de sensores, apresentação dos resultados e conclusões.

## **17. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**17.1.** A realização do serviço da presente licitação dar-se-á de acordo com artigo 73, inciso I, alíneas “a” e “b” da lei nº 8666/93.

## **18. DO PAGAMENTO**

**18.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**18.2.** A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer até o 5º dia útil do mês subsequente ao período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

**18.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

**18.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**18.5.** Poderá ser efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**18.5.1.** Não produziu os resultados acordados;

**18.5.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**18.5.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**18.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**18.7.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**18.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**18.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**18.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**18.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**18.12.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

**18.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**18.13.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**18.14.** Deverá ser apresentada apenas 01 (uma) única nota fiscal/fatura mensal, referente para o mês de prestação de serviço, para cada unidade hospitalar. Nesta, deverão constar os serviços e/ou volumes de fornecimento.

**18.15.** Na hipótese de impossibilidade de instalação do(s) equipamento(s) por culpa da administração, o pagamento será efetuado a partir do recebimento provisório. Nesse caso, a contratada fica obrigada a proceder à instalação em data posterior, que será fixada pela contratante, sem quaisquer custos adicionais.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**19.1.** Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos ou instrumentos correlatos celebrados com a administração pública estadual, e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, serão aplicadas as seguintes sanções:

**19.1.1.** Advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

**19.1.2.** Multa: deverá ser prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato, observados os seguintes limites máximos:



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.

**19.1.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**19.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**19.2.** O valor da multa aplicada, nos termos do item **19.1.2**, será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

**19.3.** A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos constantes deste Decreto.

**19.4.** A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**19.5.** A suspensão temporária impedirá o fornecedor de licitar e contratar com a Administração Pública pelos seguintes prazos:

**I** – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**II** – 12 (doze) meses, nos casos de:

a) retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

**III** – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração **Pública estadual**;

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

**19.6.** Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

**I** – não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados nos incisos do parágrafo anterior;

**II** – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

**19.7.** Na modalidade pregão, ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado por prazo não superior a 05 (cinco) anos, sendo descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**20.1.** Até **03** (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**20.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregaosaude.03@gmail.com](mailto:pregaosaude.03@gmail.com) ou por petição dirigida ou protocolada na sede da SES, no endereço Centro Administrativo de Saúde, Av. Augusto Franco nº 3150, Ponto Novo, Aracaju/SE, junto à **Gerência de Licitações**.

**20.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**20.4.** Acolhida a impugnação, qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, **exceto quando**, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**20.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

**20.5.1.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

**20.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**20.6.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**20.6.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**20.7.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**21.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**21.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**21.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**21.9.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Centro Administrativo de Saúde, Av. Augusto Franco nº 3150, Ponto Novo, Aracaju/SE junto à Gerência de Licitações, nos dias úteis, no horário das 08 às 12 horas, mesmo endereço e



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**21.10.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**21.10.1.** ANEXO I – Termo de Referência;

**21.10.2.** ANEXO II – Projeto Básico;

**21.10.3.** ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

## **22. DO FORO**

**22.1.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Aracaju/SE.

Aracaju, 15 de dezembro de 2020.

**Autoridade Competente**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para tratamento de óleo por processo de termovácuo, a ser realizado no Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, além de manutenção corretiva da parte interna e ativa do transformador do Centro Administrativo da Saúde – CAS.
- Os preços/lances deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR GLOBAL** do serviço.
- Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto, envolvendo, dentre outras despesas, tributos de qualquer natureza, impostos, taxas, transportes, seguro, encargos sociais, direitos trabalhistas e previdenciários.
- A proposta de preços apresentada pelo licitante arrematante, somente serão aceitas com até 2 casas decimais depois da vírgula.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**ANEXO II**  
**PROJETO BÁSICO**

**1- OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para tratamento de óleo por processo de termo-vácuo em 03 transformadores de potências (1MVA, 1MVA e 225KVA) da unidade do Hospital de Urgências de Sergipe – HUSE e manutenção corretiva da parte interna e ativa do transformador (500KVA) do Centro Administrativo da Saúde – CAS, conforme correção das anormalidades apresentadas no laudo do **anexo I**.

**2-OBJETIVO**

2.1 O sistema de Tratamento Termo-Vácuo, consiste em um tratamento no óleo mineral isolante dos transformadores, tem como finalidade maior eliminar ou diminuir os percentuais de água em PPM e gases, encontrados no óleo isolante, valores estes que são conhecidos a partir dos ensaios físico-química, tendo como finalidade evitar danos e perdas dos transformadores das unidades da Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

2.2 Na análise de óleo do transformador do CAS foi verificada anomalias, desta forma, faz-se necessária a manutenção corretiva com abertura do transformador para avaliação / eliminações das anomalias internas da parte ativa do transformador.

### **3- JUSTIFICATIVA**

3.1 O Bem estar da sociedade e a obrigação de cuidar da saúde pública se respalda na Constituição Federal, as leis e regulamentos que instituíram o SUS e de acordo com o artigo nº. 24 da lei 8.666/93, artigo nº. 196 da CF/88, artigo nº. 5 da CF/88, artigo nº. 6 da CF/88 e artigo nº. 2 da lei 8.080/90, bem como as prevenções de anormalidades e/ou falha no funcionamento dos tranformadores, que tem papel de transformar e alimentar todo sistema elétrico das unidades da saúde, desta forma justifica-se a necessidade dos serviços de termo-vácuo para normalizar o funcionamento dos equipamentos citados acima, seguindo o laudo das análises físico-químicas.

### **4 – REGIME DE EXECUÇÃO**

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

### **5- DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **5.1 DOS EQUIPAMENTOS**

Dos serviços a serem executados nos 04 Transformadores de Potências:

- ✓ Transformador de Potência, fabricante **MARANGONI-MARETTI** nº serie **41389**, localizado na subestação PRINCIPAL do HUSE, , potência **1 MVA**, volume **(L) 1617**, recomendação no laudo, tratamento termo-vácuo.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

- ✓ Transformador de potência, fabricante **MARANGONI-MARETTI** nº serie **41395**, localizado na subestação PRINCIPAL do HUSE, potência **1 MVA**, volume **(L) 1617**, recomendação no laudo, tratamento termo-vácuo.
- ✓ Transformador de potência, fabricante **MARANGONI-MARETTI** nº serie **41404**, localizado na subestação Banco de Sangue, piso térreo, potência **225KVA**, volume **(L) 381**, recomendação no laudo, tratamento termo-vácuo.
- ✓ Transformador de potência, fabricante **CEMEC** nº serie **321.667**, localizado na subestação da secretaria de saúde do estado, potência **500KVA**, volume **(L) 509**, recomendação no laudo, sugere-se realizar manutenção interna no trafo para localizar e corrigir o ponto falho, pois a existência de descargas parciais de baixa densidade de energia (**Hidrólise**) com sobreaquecimento envolvendo a estrutura papel-óleo e sobreaquecimento generalizado dos condutores isolados. O nível de gases combustíveis é altíssimo.

## 5.2 DOS SERVIÇOS

### 5.2.1 Tratamento termo-vácuo em 03 Transformadores de Potências:

- ✓ Tratamento com maquina termo-vácuo no óleo isolante de 02 Transformadores de Potências com volume de óleo 1617 cada, e mais um de 381 litros.
- ✓ Circulação do óleo nos transformadores com maquina termo-vácuo por um período mínimo de 06 vezes o seu volume, complementação do nível de óleo e substituição da sílica-gel do desumificador.
- ✓ Abertura da tampa de inspeção troca de guarnição quando necessário.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

- ✓ Descarte, transporte do óleo é de total responsabilidade da contratada.

**5.2.2** Após serviços de termo-vácuo, realizar 03 medições nos transformadores (imediate, após 15 dias e após 45 dias)

- ✓ Análises físico-química, índice de neutralização NBR 14248, rigidez dielétrica NBR 6869, teor de água NBR 5755, tensão interfacial NBR 6234, densidade NBR 7148, cor NBR 14483, fator de dissipação a 100°C NBR 12133.
- ✓ Análise Cromatográfica dos Gases Dissolvidos no Óleo Isolante, hidrogênio, oxigênio, metano, monóxido de carbono, dióxido de carbono, etileno, etano e acetileno.
- ✓ Análise Quantitativa dos PCB'S (Bifelinas Policloradas) – Método B, Arochlor 1242, NBR 13882 – Líquidos Isolantes Elétricos, determinação do teor de Bifenila Policlorada (PCB), conforme norma NBR 8371.

**5.2.3** Realizar os serviços de manutenção interna na parte ativa do transformador do CAS

- ✓ Revisão das posições das bobinas / núcleos e reaperto de parafusos
- ✓ Remoção de todas as ligações internas dos contatos e soldas
- ✓ Reaperto dos contatos e caso seja necessário, as soldas são refeitas
- ✓ Remoção de todas impurezas existentes
- ✓ Verificação e limpeza do painel, comutador ou painel de derivação
- ✓ Secagem da parte ativa (núcleo) em estufa
- ✓ Revisão das buchas com limpeza ou troca das mesmas



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

- ✓ Troca de todas as juntas e guarnições
- ✓ Revisão dos terminais de alta e baixa tensão com remoção da oxidação
- ✓ Limpeza de todos os acessórios existentes
- ✓ Após todas revisões é efetivada a montagem do transformador

**Ensaio pós manutenção**

- ✓ Resistência ôhmica dos enrolamentos
- ✓ Relação de tensões
- ✓ Resistência de isolamento
- ✓ Polaridade
- ✓ Teste de análise do óleo

## **6- PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

O prazo de execução dos serviços deverá ser em até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, caso a Secretaria de Estado da Saúde não consiga programar as datas neste período para execução dos serviços.

## **7- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/JURÍDICA**

7.1 Para habilitar a empresa deverá apresentar registro ou inscrição da pessoa jurídica licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA;

7.2 Deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que tenha executado satisfatoriamente serviços de manutenção preventiva e corretiva em subestações de Média Tensão, em nome dos seus responsáveis técnicos;

7.3 Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA da região pertinente, em nome de Responsável(is) Técnico(s) devidamente registrado no CREA, com habilitação em



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

Engenharia Elétrica, conforme Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de serviços de manutenção preventiva e corretiva em subestações de Média Tensão;

7.4 Declaração formal, emitida pela empresa, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato, e que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Secretaria de Estado da Saúde. A vistoria ao local de execução dos serviços, que é facultada às empresas interessadas, poderá ser agendada previamente com Tacito Vinícius Correia Silva, pelos seguintes telefones:(79) 9 9907-6434;

## **8- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Prestar ao serviço toda assistência técnica e administrativa mantendo todos os equipamentos, pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, assumindo total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência aos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos.

8.2 Responsabilizar-se por qualquer acidente ocasionado em decorrência do serviço, tanto ao pessoal a ela diretamente ligado, bem como a terceiros.

8.3 Efetuar todos os pagamentos de despesa relacionados aos serviços contratados, como: salários, seguro de pessoal, encargos trabalhistas, impostos.

8.4 Facilitar a ação da fiscalização, facultando seu acesso a qualquer parte do serviço para inspeção dos serviços ou materiais, inclusive onde estejam armazenados.

8.5 A responsabilidade por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços contratados, uso das patentes registradas, e ainda que resultem de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação do serviço até a definitiva aceitação da mesma até pela Contratante, bem como indenização que possam vir a ser devidas à terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrido em via pública, ou local de terceiros.

8.6 Obriga-se a refazer os serviços condenados pela Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

8.7 A fiscalização poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo de outras sanções que esteja sujeito a Contratada e sem que tenha direito a qualquer indenização, sempre que haja qualquer defeito essencial em execução de serviço ou material posto ou utilizado no serviço.

8.8 A Contratante através da Fiscalização poderá exigir da Contratada a substituição de qualquer profissional, desde que verificada sua incompetência para execução das tarefas, bem como hábitos de conduta nocivos a boa administração dos serviços.

8.9 Com relação aos equipamentos de segurança, a Contratada se obriga à manter no serviço todos os equipamentos de segurança de proteção individual “EPI” e de proteção coletiva “EPC”, necessários à execução dos serviços, sendo estes em bom estado de conservação.

8.10 Deverão ser observadas as normas pertinentes ao assunto, em especial as Normas NR-10.

8.10.1 Serão utilizados todos os equipamentos classificados como EPI, tais como: óculos contra impactos e respingos, luvas de raspa, protetor auricular, botas, máscaras, uniformes completos, além de outros que se fizerem indispensáveis.

**8.10.2** Deverá ainda ser previsto a colocação de avisos e sinalização de risco e perigo, mas de fácil visibilidade e com instruções claras.

**8.10.3** Os relatórios dos serviços e qualificação deverão ser entregues no Máximo 25 dias úteis após o término dos trabalhos, com todas as especificações e dados dos equipamentos, programação e pessoal, identificação dos instrumentos usados na qualificação, calibração do validador, critérios de aceitação, relação dos estudos qualificados, posicionamento de sensores, apresentação dos resultados e conclusões.

## **9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA livre acesso aos locais onde serão executados os serviços.

9.2 Prestar todos os esclarecimentos necessários a boa execução dos serviços.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

9.3 Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.4 Honrar com o compromisso financeiro previsto no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências ali consignadas.

## **10 – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

## **11 – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

10.1 O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Concorrência.

11.2 No interesse da Administração o CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária; Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição.

## **12 - VIGÊNCIA**

12.1 A vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contado(s) a partir da data de assinatura do contrato.

## **13- FORMA DE PAGAMENTO**

13.1 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias na forma prevista na legislação e regulamentos vigentes no estado, contados da apresentação da nota fiscal/fatura com os respectivos atestos.



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

13.2 Todos os demais requisitos e condições para o pagamento e a quitação financeira da Contratante junto a Contratada são de competência e responsabilidade da Diretoria Administrativa Financeira – DAF/SES/SE.

13.3 Na hipótese de impossibilidade de execução do(s) serviço(s) por culpa da administração, o pagamento será efetuado a partir do recebimento provisório. Nesse caso, a contratada fica obrigada a realizar o serviço em data posterior, que será fixada pela contratante, sem quaisquer custos adicionais.

13.4 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

13.5 Deverá ser apresentada apenas 01 (uma) única nota fiscal/fatura, referente a prestação de serviço global. Nesta, deverão constar o número do contrato e do empenho.

#### **14- DAS SANÇÕES**

14.1 No caso de não cumprimento de proposta, a CONTRATANTE poderá alicar sanções de multas previstas em lei, garantido o exercício de prévia e ampla defesa:

a – multa de 10% a 30% sobre o valor do serviço não executado ou da obrigação não cumprida;

b – multa correspondente à diferença de preço porventura resultante de nova contratação:

b.1 - - se o pagamento da multa aplicada ao contratante faltoso não for satisfeito no prazo de 30 dias, contados da publicação do ato no Diário Oficial do Estado, sua cobrança será efetuada por meio de Ação de Execução, nos termos da lei e alterações posteriores, para o que deverá o processo, antes, ser remetido à Fazenda Pública para a competente inscrição.

14.2 Juntamente com qualquer das penalidades pecuniárias referidas anteriormente, as autoridades competentes poderão aplicar também ao contratante faltoso a pena de suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com a Administração direta e autárquica do Estado pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

previstos no artigo 7º da Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002, c.c. ao Decreto 24.912 de 20 de dezembro de 2007.

14.3 Da decisão das autoridades competentes que aplicarem qualquer das penalidades previstas na presente, cabe recurso ao Secretário de Estado da Saúde no prazo de 5 dias da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

14.4 As disposições da presente aplicam-se, também, às serviços efetuadas com dispensa de licitação nos termos da legislação vigente.

14.5 Todos os demais requisitos e condições para o estabelecimento de penalidades, sanções e multas, quando necessário à elaboração da minuta de contrato e estabelecimento das demais obrigações e responsabilidades legais e comerciais, tanto da Contratante como da Contratada são de competência e responsabilidade da Assessoria Jurídica – ASSJUR/SES/SE e da Diretoria Administrativa – DIAD/SES/SE.

## **15- DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 A SES deverá acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de representantes especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 Fica designado como fiscal do contrato os colaboradores:

- ✓ **Tácito Vinícius Correia Silva, RG 2.345.904-2 SSP/SE, CPF nº 058.415.575-13**
- ✓ **Silvan Melo Cabral De Andrade, RG 874.659 - SSP/SE, CPF nº 517.286.645-00**

15.3 À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do contrato com as normas especificadas, bem como se os procedimentos são adequados a garantir a qualidade desejada;

15.4 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma, restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e complexa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados:



ESTADO DE SERGIPE  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

15.5 A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA das responsabilidades contratualmente assumidas;

15.6 Compete ao responsável pelo contrato a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato o atesto da Nota Fiscal/Fatura relativamente aos serviços executados, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da documentação hábil no protocolo da Divisão de Serviços executados a SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE;

## **16- GARANTIA DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS**

A Contratada garantirá por si própria ou pelos seus fornecedores todos os serviços e equipamentos de acordo com a legislação vigente.

## **17 – DA FONTE DE RECURSO**

A fonte de recurso a ser utilizada será a 0214.

**Ronin Marques dos Santos**  
Gerente de Infraestrutura - SES



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

**ANEXO I – LAUDOS DAS ANÁLISES CROMATOGRÁFICA E FÍSICO-QUÍMICA DOS TRAFOS**



SERVIÇOS DE MANUT. ELÉTRICA INDUSTRIAL  
LABORATÓRIO DE ANAL. ÓLEO ISOLANTE

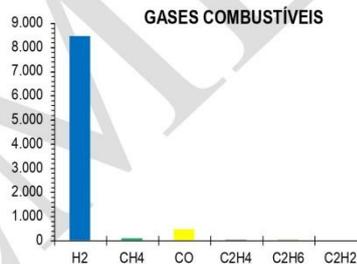
**RELATÓRIO DE ANÁLISE DE ÓLEO ISOLANTE**

**ANÁLISE CROMATOGRÁFICA N°CR527/2020**

CLIENTE:	<b>SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE</b>	DADOS
EQUIPAMENTO:	<b>TRANSFORMADOR FAB: 2006</b>	SUBESTAÇÃO: <b>SE - 01</b>
FABRICANTE:	<b>CEMEC</b>	ÚLTIMA MANUTENÇÃO: <b>_/_/</b>
TAG/CIRCUITO:	<b>TRAF0 02</b>	ÚLTIMA ANÁLISE: <b>_/_/</b>
N° DE SÉRIE:	<b>312.667</b>	AMOSTRAGEM: <b>08/07/2020</b>
POTÊNCIA NOMINAL:	<b>0,500</b> MVA	VOLUME DE ÓLEO (L): <b>509</b>
TENSÃO PRIM/SECUND:	<b>13,80/0,220</b> KV	ÓLEO TIPO: <b>B</b>
COMUT. SOB CARGA:	SIM ( ) NÃO ( X )	EQUIPAMENTO EM OPERAÇÃO: SIM ( X ) NÃO ( )

<b>CONDIÇÕES DURANTE A COLETA</b>	<b>MANUTENÇÃO REALIZADA</b>	<b>DATAS</b>
TEMP. AMBIENTE: <b>26</b> °C	TRAT. TÉRMO-VÁCUO: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	----
TEMP. DO ÓLEO: <b>34</b> °C	SUBST. DO ÓLEO: SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	----
UMID. RELATIVA: <b>89</b> %	REGENERAÇÃO: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	----

GASES	SÍMBOLO	VALOR (PPM)	TCG (%)
NITROGÊNIO	N2	<b>111.209</b>	
OXIGÊNIO	O2	<b>12.019</b>	
DIÓXIDO DE CARBONO	CO2	<b>8.944</b>	
HIDROGÊNIO	H2	<b>8.443</b>	
METANO	CH4	<b>66</b>	
MONÓXIDO DE CARBONO	CO	<b>437</b>	
ETILENO	C2H4	<b>4</b>	
ETANO	C2H6	<b>35</b>	
ACETILENO	C2H2	<b>0</b>	
TOT. GASES COMBUST.	TGC	<b>8.985</b>	
TOTAL DE GASES	TG	<b>141.157</b>	



**OBSERVAÇÕES:** 1 - Equipamento Utilizado: VARIAN 3.400 CX 2 - Normas Utilizadas: ABNT NBR 7070 & NBR 7274 3 - A Taxa de Crescimento dos Gases (TCG) para ser considerada normal, deverá ser de no máximo 10% ao mês. 4- Além da caracterização da falha, convém que seja considerada a concentração total dos gases combustíveis, bem como as taxas de evolução de cada gás. Os valores e critérios destas concentrações, recomendados para uma melhor avaliação da situação dos equipamentos são os seguintes: 0 - 400 ppm Concentração de gases combustíveis **baixa**; 400 - 900 ppm Concentração de gases combustíveis **médios**; 900 - 1 500 ppm concentração de gases combustíveis **significativa**; 1500 - 2 500 ppm Concentração de gases combustíveis **alta**; Acima 2 500 ppm Concentração de gases combustíveis **muito alta**.

**COMENTÁRIOS & RECOMENDAÇÕES**

Análise para verificação das condições operacionais da unidade. Resultados indicam a existência descargas parciais de baixa densidade de energia (Hidrólise) com sobreaquecimento envolvendo a estrutura papel-óleo e sobreaquecimento generalizado dos condutores isolados. O nível de gases combustíveis é altíssimo. Sugere-se realizar manutenção interna na unidade a de localizar e corrigir o ponto falho. Programar a degaseificação do óleo isolante após reparo na unidade e a próxima reamostragem deverá ocorrer após esta manutenção. Ensaio realizado conforme a Norma NBR 7070 e diagnóstico foi elaborado conforme a Norma NBR7274 (Interpretação da análise dos gases).

ANALISTA: <b>Rosana Cardoso</b> CFQ07401673/7ªRegião/Ba	RESPONSÁVEL: <b>Rosana Cardoso</b>	DATA: <b>09/07/2020</b>
--	------------------------------------	-------------------------

SEMIL - LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÓLEO ISOLANTE  
TELEFAX (71) 3121-2305, Ba 522, nº11 – Parque Real Serra Verde (via Cascalheira) - Camaçari/Bahia - CEP 42.800-970  
E-mail: [semiletrica@terra.com.br](mailto:semiletrica@terra.com.br)



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



SERVIÇOS DE MANUT. ELÉTRICA INDUSTRIAL  
LABORATÓRIO DE ANAL. ÓLEO ISOLANTE

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DE ÓLEO ISOLANTE**

**ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA Nº FQ582/2020**

CLIENTE:	<b>SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE</b>		<b>DADOS</b>
EQUIPAMENTO:	<b>TRANSFORMADOR FAB: 2006</b>	SUBESTAÇÃO: <b>SE - 01</b>	ÚLTIMA MANUTENÇÃO: <b>_/_/</b>
FABRICANTE:	<b>CEMEC</b>	ÚLTIMA ANÁLISE: <b>_/_/</b>	AMOSTRAGEM: <b>08/07/2020</b>
TAG/CIRCUITO:	<b>TRAFO 02</b>	VOLUME DE ÓLEO (L): <b>509</b>	ÓLEO TIPO: <b>B</b>
Nº DE SÉRIE:	<b>312.667</b>	EQUIPAMENTO EM OPERAÇÃO: <b>SIM (X) NÃO ( )</b>	
POTÊNCIA NOMINAL:	<b>0,500</b> MVA		
TENSÃO PRIM/SECUND:	<b>13,80/0,220</b> KV		
COMUT. SOB CARGA:	SIM ( ) NÃO (X)		

<b>CONDIÇÕES DURANTE A COLETA</b>	<b>MANUTENÇÃO REALIZADA</b>	<b>DATAS</b>
TEMP. AMBIENTE: <b>26 °C</b>	TRAT. TÉRMO-VÁCUO: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	----
TEMP. DO ÓLEO: <b>34 °C</b>	SUBST. DO ÓLEO: SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	----
UMID. RELATIVA: <b>89 %</b>	REGENERAÇÃO: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	----

ENSAIO	(UNIDADE)	MÉTODO NORMA NBR	EQUIPAMENTO DE TESTE	RESULTADO	VALOR DE REFERÊNCIA
APARÊNCIA	VISUAL	10576	-	<b>LÍMPIDO</b>	Claro e Isento de Materiais em suspensão
RIGIDEZ DIELÉTRICA	(KV/2,5mm)	IEC60156	ARD-60.5	<b>78</b>	40 MÍNIMO
PERDAS DIELÉTRICAS	(% A 25°C)	12133	MP-2500	<b>0,028</b>	0,5 MÁXIMO
ÍNDICE DE NEUTRALIZAÇÃO	(mgKOH/GÓLEO)	14248	P7221	<b>0,003</b>	0,20 MÁXIMO
TENSÃO INTERFACIAL	(dinas/cm)	6234	FISCHER 20	<b>48</b>	20 MÍNIMO
TEOR DE ÁGUA	(PPM)	10710	FISCHER 447	<b>19,2</b>	40 MÁXIMO
COR	-	14483	LOVIBOND	<b>L-0,5*</b>	--- MÁXIMO
DENSIDADE	(20°C/4°C)	7148	INCORTEM	<b>0,8451</b>	0,650- 0,950 ---

**OBSERVAÇÃO:** OS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS A CIMA, SÃO RECOMENDADOS PARA TRANSFORMADORES COM CLASSE DE TENSÃO ≤36,2KV CONFORME NBR 10576/17, E DEVEM SEMPRE SER AVALIADOS EM CONJUNTO.

**COMENTÁRIOS & RECOMENDAÇÕES**

Análise para verificação das condições físico-químicas do fluido isolante de equipamentos elétricos em serviço. Resultados das análises dentro dos parâmetros de referência. Sugerimos realizar nova reamostragem no período de 12 meses.

*\* Valor do teste de cor especificado no relatório é apenas para acompanhamento do envelhecimento do óleo isolante. Este ensaio não faz parte da tabela 07 da NBR10576/17 referente a valores limites de transformadores e reatores em uso.*

ANALISTA: **Rosana Cardoso**      RESPONSÁVEL: **Rosana Cardoso**      DATA: **09/07/2020**

SEMIL - LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE ÓLEO ISOLANTE  
TELEFAX (71) 3121-2305, Ba 522, nº11 – Parque Real Serra Verde (via Cascalheira) - Camaçari/Bahia - CEP 42.800-970  
E-mail: [semiletrica@terra.com.br](mailto:semiletrica@terra.com.br)



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

**TRAFO DE 1MVA, SUBESTAÇÃO PRINCIPAL DO HUSE**

	<b>LABORATÓRIO DE ÓLEO ISOLANTE</b>	<b>RESULTADO DE ENSAIO</b>	<b>AMOSTRA RE 59/19</b>
---	---	--------------------------------	-----------------------------

<b>SOLICITANTE:</b> ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A		
<b>AMOSTRA:</b> ÓLEO MINERAL ISOLANTE		
<b>DATA COLETA:</b> 16/05/2019	<b>ENTRADA:</b> 16/05/2019	<b>EMIÇÃO:</b> 09/07/2019
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA:</b>		
Subestação: HUSE	Nº Série: <b>41395</b>	
Equipamento: Trafo	Marca: MARANGONI	Ano de fabricação: 1984
Tensão (kV): 13.8/220/127	Potência: 1 MVA	Qt. de óleo: 1617 L

**ENSAIOS FÍSICO-QUÍMICOS**

ENSAIO	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO	RECOMENDADO
Aspecto Visual	-	Visual	*	Límpido
Densidade 20° C	g/mL	NBR 7148	0,852	--
Tensão Interfacial 25° C	mN/m	NBR 6234	<b>21,7</b>	Min 22
Teor de Água	ppm	NBR 10710	<b>36</b>	Max 35
Índice de Neutralização	mg KOH/g Óleo	NBR 14248	0,09	Max 0,15
Rigidez Dielétrica	kV/2,5 mm	NBR IEC 60156	40	Min 40
Fator de Potência a 100° C	%	NBR 12133	5	Max 20

**ENSAIO DE GASES DISSOLVIDOS**

GÁS	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO (ppm v/v)
H <sub>2</sub> – Hidrogênio	ppm/(v/v)	NBR 7070	312
O <sub>2</sub> – Oxigênio			10908
N <sub>2</sub> – Nitrogênio			80411
CH <sub>4</sub> – Metano			81
CO – Monóxido de Carbono			563
CO <sub>2</sub> – Dióxido de Carbono			12592
C <sub>2</sub> H <sub>4</sub> - Etileno			10
C <sub>2</sub> H <sub>6</sub> – Etano			48
C <sub>2</sub> H <sub>2</sub> - Acetileno			0
<b>Gases Combustíveis</b>			<b>1014</b>
TOTAL DE GASES			104925

**DIAGNÓSTICO:**

**ENSAIO FÍSICO-QUÍMICO:**

\*Amostra de óleo mineral isolante de aspecto claro e isenta de partículas em suspensão.

Diagnostico baseado na NBR 10576 - Resultado da análise físico-química apresenta teor de umidade acima do permitido pela Norma embora não tenha afetado, significativamente,



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

---

suas características de isolamento, tendo em vista que a rigidez dielétrica encontra-se dentro do limite recomendando para esta classe de tensão; O valor encontrado para Tensão Interfacial encontra-se abaixo do limite recomendando, indicando a presença de contaminantes polares e produtos de oxidação. Esta característica é comum durante os estágios de envelhecimento do óleo isolante.

Sugere-se o condicionamento (para redução do teor de água existente) e regeneração (para redução do nível de contaminantes) do óleo mineral isolante. Porém, vale ressaltar que, o condicionamento e regeneração requerem cuidados, por se tratar de um equipamento antigo e com possibilidade de comprometimento do papel isolante. Promover o fluxo alto no tratamento ou troca do óleo pode “quebrar” o papel vindo a queimar o transformador.

Reamostragem após execução do serviço.

**ENSAIO DE GASES DISSOLVIDOS:**

Ensaio realizado conforme NBR 7070 com diagnóstico baseado na NBR 7274 - Resultado de ensaio com nível de gases combustíveis, considerado normal. Porém, a presença elevada do Gás Hidrogênio sugere indicativo de ocorrência de descargas parciais; A relação CO<sub>2</sub>/CO indica possível degradação da celulose.

Sugere-se monitoramento através de reamostragem em 01 (um) ano ou após tratamento do óleo.

Aracaju, 15 de Julho de 2019

Cynthia Oliveira dos Anjos – DRT. 2786-2  
CRQ – 032268

Rua Ministro Apolônio Sales, nº 81  
Aracaju-SE  
Tel. (79) 2106-1744  
[www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

CEP: 49.040-150  
FAX: (79) 2106-1732



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

	<b>LABORATÓRIO DE MATERIAIS E MEIO AMBIENTE</b>	<b>RESULTADO DE ENSAIO</b>	<b>AMOSTRA 20190798</b>
---	---	----------------------------	-----------------------------

CLIENTE:	ENERGISA			
AMOSTRA:	Óleo mineral isolante	AMOSTRADOR:		
DATA DA COLETA:	16/05/2019	ENTRADA:	07/06/2019	
		SAÍDA:	14/06/2019	
IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA	CLIENTE:	ESE-ENERGISA/SE	FABRICANTE:	MARANGONI
	Nº CONTROLE:	-	VOL. ÓLEO:	1617 L
	Nº SÉRIE:	41395	TEMP. AMOSTRA:	
	TIPO EQUIP.:	TRANSFORMADOR	PTO. AMOST.:	D.1
	TENSÃO:	13,80 kV	EM OPERAÇÃO:	Sim
	POTÊNCIA:	1000 kVA	CONSERVADOR:	Não
	ANO:	1984	LTC:	

Página 1 de 1

**ENSAIOS ESPECIAIS**

ENSAIO	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO	REFERÊNCIA
Teor de PCB	mg/Kg	ABNT NBR 13882 - Método B	< 2	

ENSAIO POTENCIOMÉTRICO, SEGUNDO A NORMA ABNT NBR 8371, EQUIPAMENTOS CUJOS LÍQUIDOS ISOLANTES CONTENHAM TEORES MENORES QUE 50mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO "NÃO PCB", TEORES IGUAIS OU SUPERIORES A 50mg/Kg E INFERIORES A 500mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO CONTAMINADOS E TEORES IGUAIS OU SUPERIORES A 500mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO PCB.

Curitiba, 07 de junho de 2019.

  
**Paulo Fernandes**  
Engenheiro Químico  
CRQ IX 03311218



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

**TRAFO DE 1MVA, SUBESTAÇÃO PRINCIPAL DO HUSE**

	<b>LABORATÓRIO DE ÓLEO ISOLANTE</b>	<b>RESULTADO DE ENSAIO</b>	<b>AMOSTRA RE 58/19</b>
---	-------------------------------------	----------------------------	-------------------------

<b>SOLICITANTE:</b> ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A		
<b>AMOSTRA:</b> ÓLEO MINERAL ISOLANTE		
<b>DATA COLETA:</b> 16/05/2019	<b>ENTRADA:</b> 16/05/2019	<b>EMISSION:</b> 09/07/2019
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA:</b>		
Subestação: HUSE	Nº Série: <b>41389</b>	
Equipamento: Trafo	Marca: MARANGONI	Ano de fabricação: 1984
Tensão (kV): 13.8/220/127	Potência: 1 MVA	Qt. de óleo: 1617 L

**ENSAIOS FÍSICO-QUÍMICOS**

ENSAIO	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO	RECOMENDADO
Aspecto Visual	-	Visual	*	Límpido
Densidade 20° C	g/mL	NBR 7148	0,852	--
Tensão Interfacial 25° C	mN/m	NBR 6234	25,2	Min 22
Teor de Água	ppm	NBR 10710	<b>38</b>	Max 35
Índice de Neutralização	mg KOH/g Óleo	NBR 14248	0,11	Max 0,15
Rigidez Dielétrica	kV/2,5 mm	NBR IEC 60156	41	Min 40
Fator de Potência a 100° C	%	NBR 12133	12	Max 20

**ENSAIO DE GASES DISSOLVIDOS**

GÁS	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO (ppm v/v)
H <sub>2</sub> – Hidrogênio	ppm/(v/v)	NBR 7070	396
O <sub>2</sub> – Oxigênio			12341
N <sub>2</sub> – Nitrogênio			83701
CH <sub>4</sub> – Metano			53
CO – Monóxido de Carbono			367
CO <sub>2</sub> – Dióxido de Carbono			8253
C <sub>2</sub> H <sub>4</sub> - Etileno			4
C <sub>2</sub> H <sub>6</sub> – Etano			53
C <sub>2</sub> H <sub>2</sub> - Acetileno			0
<b>Gases Combustíveis</b>			<b>873</b>
<b>TOTAL DE GASES</b>	<b>105168</b>		

**DIAGNÓSTICO:**

**ENSAIO FÍSICO-QUÍMICO:**

\*Amostra de óleo mineral isolante de aspecto claro e isenta de partículas em suspensão.

Diagnostico baseado na NBR 10576 - Resultado da análise físico-química apresenta teor de umidade acima do permitido pela Norma embora não tenha afetado, significativamente,



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

---

suas características de isolamento, tendo em vista que a rigidez dielétrica encontra-se dentro dos padrões necessários para esta classe de tensão; O valor encontrado para o Fator de Potência, embora esteja dentro dos limites recomendados pela Norma, encontra-se elevado, sugerindo a existência de contaminantes solúveis.

Sugere-se o recondicionamento (a fim de reduzir o teor de água) e regeneração ou substituição (para redução do nível de contaminantes) do óleo isolante. Porém, vale ressaltar que, recondicionar/regenerar ou substituir requerem cuidados, por se tratar de um equipamento antigo e com possibilidade de comprometimento do papel isolante. Promover o fluxo alto no tratamento ou troca do óleo pode “quebrar” o papel vindo a queimar o transformador.

Reamostragem após execução do serviço.

**ENSAIO DE GASES DISSOLVIDOS:**

Ensaio realizado conforme NBR 7070 com diagnóstico baseado na NBR 7274 - Resultado de ensaio com nível de gases combustíveis, considerado normal. Porém, a presença elevada do Gás Hidrogênio sugere indicativo de ocorrência de descargas parciais; A relação CO<sub>2</sub>/CO indica possível degradação da celulose.

Sugere-se monitoramento através de reamostragem em 01 (um) ano ou após substituição ou tratamento do óleo.

Aracaju, 15 de Julho de 2019

Cynthia Oliveira dos Anjos – DRT. 2786-2  
CRQ – 032268

Rua Ministro Apolônio Sales, nº 81  
Aracaju-SE  
Tel. (79) 2106-1744  
[www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

CEP: 49.040-150  
FAX: (79) 2106-1732



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

	<b>LABORATÓRIO DE MATERIAIS E MEIO AMBIENTE</b>	<b>RESULTADO DE ENSAIO</b>	<b>AMOSTRA 20190797</b>
---	---	----------------------------	-----------------------------

CLIENTE:	ENERGISA				
AMOSTRA:	Óleo mineral isolante			AMOSTRADOR:	
DATA DA COLETA:	16/05/2019	ENTRADA:	07/06/2019	SAÍDA:	14/06/2019
IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA	CLIENTE:	ESE-ENERGISA/SE		FABRICANTE:	MARANGONI
	Nº CONTROLE:	-		VOL. ÓLEO:	1617 L
	Nº SÉRIE:	41389		TEMP. AMOSTRA:	
	TIPO EQUIP.:	TRANSFORMADOR		PTO. AMOST.:	D.1
	TENSÃO:	13,80 kV		EM OPERAÇÃO:	Sim
	POTÊNCIA:	1000 kVA		CONSERVADOR:	Não
	ANO:	1984		LTC:	

Página 1 de 1

**ENSAIOS ESPECIAIS**

ENSAIO	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO	REFERÊNCIA
Teor de PCB	mg/Kg	ABNT NBR 13882 - Método B	< 2	

ENSAIO POTENCIOMÉTRICO, SEGUNDO A NORMA ABNT NBR 8371, EQUIPAMENTOS CUJOS LÍQUIDOS ISOLANTES CONTENHAM TEORES MENORES QUE 50mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO "NÃO PCB", TEORES IGUAIS OU SUPERIORES A 50mg/Kg E INFERIORES A 500mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO CONTAMINADOS E TEORES IGUAIS OU SUPERIORES A 500mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO PCB.

Curitiba, 07 de junho de 2019.

  
**Paulo Fernandes**  
**Engenheiro Químico**  
**CRQ IX 03311218**



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

**RAFO DE 225KVA, SUBESTAÇÃO PRINCIPAL DO HUSE**

	<b>LABORATÓRIO DE ÓLEO ISOLANTE</b>	<b>RESULTADO DE ENSAIO</b>	<b>AMOSTRA RE 60/19</b>
---	-------------------------------------	----------------------------	-------------------------

<b>SOLICITANTE:</b> ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A		
<b>AMOSTRA:</b> ÓLEO MINERAL ISOLANTE		
<b>DATA COLETA:</b> 16/05/2019	<b>ENTRADA:</b> 16/05/2019	<b>EMISSÃO:</b> 09/07/2019
<b>IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA:</b>		
Subestação: HUSE	Nº Série: <b>41404</b>	
Equipamento: Trafo	Marca: MARANGONI	Ano de fabricação: 1985
Tensão (kV): 13.8/220/127	Potência: 225 KVA	Qt. de óleo: 1617 L

**ENSAIOS FÍSICO-QUÍMICOS**

ENSAIO	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO	RECOMENDADO
Aspecto Visual	-	Visual	*	Límpido
Densidade 20° C	g/mL	NBR 7148	0,852	--
Tensão Interfacial 25° C	mN/m	NBR 6234	28,6	Min 22
Teor de Água	ppm	NBR 10710	<b>37</b>	Max 35
Índice de Neutralização	mg KOH/g Óleo	NBR 14248	0,12	Max 0,15
Rígidez Dielétrica	kV/2,5 mm	NBR IEC 60156	<b>39</b>	Min 40
Fator de Potência a 100° C	%	NBR 12133	14	Max 20

**ENSAIO DE GASES DISSOLVIDOS**

GÁS	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO (ppm v/v)
H <sub>2</sub> – Hidrogênio	ppm/(v/v)	NBR 7070	96
O <sub>2</sub> – Oxigênio			10401
N <sub>2</sub> – Nitrogênio			81004
CH <sub>4</sub> – Metano			63
CO – Monóxido de Carbono			353
CO <sub>2</sub> – Dióxido de Carbono			5757
C <sub>2</sub> H <sub>4</sub> - Etileno			7
C <sub>2</sub> H <sub>6</sub> – Etano			77
C <sub>2</sub> H <sub>2</sub> - Acetileno			0
<b>Gases Combustíveis</b>			<b>596</b>
TOTAL DE GASES	97758		

**DIAGNÓSTICO:**

**ENSAIO FÍSICO-QUÍMICO:**

\*Amostra de óleo mineral isolante de aspecto claro e isenta de partículas em suspensão.

Diagnostico baseado na NBR 10576 - Resultado da análise físico-química apresenta teor de umidade acima do permitido pela Norma afetando suas características de isolamento, tendo



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

---

em vista que a rigidez dielétrica encontra-se abaixo do limite recomendando para esta classe de tensão; O valor encontrado para o Fator de Potência, embora esteja dentro dos limites recomendados pela Norma, encontra-se elevado, sugerindo a existência de contaminantes solúveis.

Sugere-se o condicionamento e regeneração do óleo isolante, a fim de reduzir o teor de umidade e contaminantes existentes. Porém, vale ressaltar que, o condicionamento e a regeneração requerem cuidados, por se tratar de um equipamento antigo e com possibilidade de comprometimento do papel isolante. Promover o fluxo alto no tratamento do óleo pode “quebrar” o papel vindo a queimar o transformador.

Reamostragem após execução do serviço.

**ENSAIO DE GASES DISSOLVIDOS:**

Ensaio realizado conforme NBR 7070 com diagnóstico baseado na NBR 7274 - Resultado de ensaio com nível de gases combustíveis, considerado normal.

Sugere-se monitoramento através de reamostragem em 01 (um) ano ou após tratamento do óleo.

Aracaju, 15 de Julho de 2019

Cynthia Oliveira dos Anjos – DRT. 2786-2  
CRQ – 032268

Rua Ministro Apolônio Sales, nº 81  
Aracaju-SE  
Tel. (79) 2106-1744  
[www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

CEP: 49.040-150  
FAX: (79) 2106-1732



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

	<b>LABORATÓRIO DE MATERIAIS E MEIO AMBIENTE</b>	<b>RESULTADO DE ENSAIO</b>	<b>AMOSTRA 20190799</b>
---	---	----------------------------	-----------------------------

CLIENTE:	ENERGISA				
AMOSTRA:	Óleo mineral isolante			AMOSTRADOR:	
DATA DA COLETA:	16/05/2019	ENTRADA:	07/06/2019	SAÍDA:	14/06/2019
IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA	CLIENTE:	ESE-ENERGISA		FABRICANTE:	MARANGONI
	Nº CONTROLE:	-		VOL. ÓLEO:	381 L
	Nº SÉRIE:	41404		TEMP. AMOSTRA:	
	TIPO EQUIP.:	TRANSFORMADOR		PTO. AMOST.:	D1
	TENSÃO:	13,80 kV		EM OPERAÇÃO:	Sim
	POTÊNCIA:	225 kVA		CONSERVADOR:	Não
	ANO:	1985		LTC:	

Página 1 de 1

**ENSAIOS ESPECIAIS**

ENSAIO	UNIDADE	MÉTODO	RESULTADO	REFERÊNCIA
Teor de PCB	mg/Kg	ABNT NBR 13882 - Método B	< 2	

ENSAIO POTENCIOMÉTRICO, SEGUNDO A NORMA ABNT NBR 8371, EQUIPAMENTOS CUJOS LÍQUIDOS ISOLANTES CONTENHAM TEORES MENORES QUE 50mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO "NÃO PCB", TEORES IGUAIS OU SUPERIORES A 50mg/Kg E INFERIORES A 500mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO CONTAMINADOS E TEORES IGUAIS OU SUPERIORES A 500mg/Kg SÃO CONSIDERADOS COMO PCB.

Cuitiba, 07 de junho de 2019.

  
Paulo Fernandes  
Engenheiro Químico  
CRQ IX 03311218



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

**ANEXO III**

MINUTA DO CONTRATO Nº **XXXX /2020**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **225/2020**

**QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE**

<b>ESTADO DE SERGIPE, ATRAVÉS DA (ORGÃO CONTRATANTE) ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DE SERGIPE.</b>	
<b>ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXX</b>	<b>CIDADE: ARACAJU UF: SERGIPE</b>
<b>CNPJ Nº 04.384.829/0001-96</b>	
<b>REPRESENTANTE LEGAL: XXXXXXXXXXXXX</b>	<b>NOME: XXXXXXXXXXXXX</b>
<b>ESTADO CIVIL: XXXXXX</b>	<b>PROFISSÃO: XXXXXXX</b>
<b>CPF/MF N.º XXXXXXX</b>	<b>RG N.º XXXXXXX</b>

**QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>TELEFONE:</b>	
<b>Nº DO CNPJ:</b>	
<b>Nº DA INS. ESTADUAL:</b>	



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	
<b>Nº DO CPF:</b>	
<b>Nº DA CART. IDENTIDADE:</b>	

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e sua legislação suplementar, regendo-se pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).**

O presente Contrato tem por objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para tratamento de óleo por processo de termovácuo, a ser realizado no Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE, além de manutenção corretiva da parte interna e ativa do transformador do Centro Administrativo da Saúde – CAS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas no edital do Pregão nº 225/2020, os integrantes a este independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE PRESTACÃO DOS SERVIÇOS (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).**

Os serviços serão prestados conforme descrição do projeto básico e o disposto na cláusula quinta deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).**

O valor total do contrato é de R\$ XXX (XXXX). A contratante somente pagará à contratada pela efetiva execução dos serviços, após liquidação da obrigação.

§ 1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento.

§ 2º - A contratante reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, do recibo ou da fatura para posterior recolhimento à Previdência Social, caso a contratação se configure como cessão de



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

mão de obra ou empreitada, conforme artigos 112 a 117 da Instrução Normativa RFB no. 971, de 13 de novembro de 2009.

§ 3º - Cabe ao Estado de Sergipe promover a retenção do ISSQN nos casos previstos na legislação do município competente para arrecadação do tributo.

§ 4º - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União, e as contribuições previdenciárias e de terceiros), Estadual e Municipal do domicílio do contratado.

§ 5º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 6º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 7º - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no § 1º reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

§ 8º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).**

A vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contado(s) a partir da data de assinatura do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

Os serviços serão prestados nas datas e horários definidos no projeto básico, nas condições estipuladas nos termos de referência e no projeto básico, bem como, supletivamente, na proposta de preços.

§ 1º - O seu recebimento dar-se-á de acordo com o artigo 73, inciso I, alíneas “a” e “b” da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).**



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA</b>	<b>PROJETO OU ATIVIDADE</b>	<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>FONTE DE RECURSO</b>
20401	10.302.0006	2367	3.3.90.00	0214

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).**

**A CONTRATANTE FICA OBRIGADA :**

Além das disposições estabelecidas e legislação vigente constituirão obrigações da contratante:

Assegurar às pessoas credenciadas pela CONTRATADA livre acesso aos locais onde serão executados os serviços.

Prestar todos os esclarecimentos necessários a boa execução dos serviços.

Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

Honrar com o compromisso financeiro previsto no contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências ali consignadas.

**A CONTRATADA FICA OBRIGADA A:**

Além das disposições estabelecidas e legislação vigente, constituirão obrigações da contratante:

Prestar ao serviço toda assistência técnica e administrativa mantendo todos os equipamentos, pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, assumindo total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência aos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos.



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

Responsabilizar-se por qualquer acidente ocasionado em decorrência do serviço, tanto ao pessoal a ela diretamente ligado, bem como a terceiros.

Efetuar todos os pagamentos de despesa relacionados aos serviços contratados, como: salários, seguro de pessoal, encargos trabalhistas, impostos.

Facilitar a ação da fiscalização, facultando seu acesso a qualquer parte do serviço para inspeção dos serviços ou materiais, inclusive onde estejam armazenados.

A responsabilidade por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços contratados, uso das patentes registradas, e ainda que resultem de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação do serviço até a definitiva aceitação da mesma até pela Contratante, bem como indenização que possam vir a ser devidas à terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorrido em via pública, ou local de terceiros.

Obriga-se a refazer os serviços condenados pela Fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.

A fiscalização poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo de outras sanções que esteja sujeito a Contratada e sem que tenha direito a qualquer indenização, sempre que haja qualquer defeito essencial em execução de serviço ou material posto ou utilizado no serviço.

A Contratante através da Fiscalização poderá exigir da Contratada a substituição de qualquer profissional, desde que verificada sua incompetência para execução das tarefas, bem como hábitos de conduta nocivos a boa administração dos serviços.

Com relação aos equipamentos de segurança, a Contratada se obriga à manter no serviço todos os equipamentos de segurança de proteção individual “EPI” e de proteção coletiva “EPC”, necessários à execução dos serviços, sendo estes em bom estado de conservação.

Deverão ser observadas as normas pertinentes ao assunto, em especial as Normas NR-10.

Serão utilizados todos os equipamentos classificados como EPI, tais como: óculos contra impactos e respingos, luvas de raspa, protetor auricular, botas, máscaras, uniformes completos, além de outros que se fizerem indispensáveis.

Deverá ainda ser previsto a colocação de avisos e sinalização de risco e perigo, mas de fácil visibilidade e com instruções claras.

Os relatórios dos serviços e qualificação deverão ser entregues no Máximo 25 dias úteis após o término dos trabalhos, com todas as especificações e dados dos equipamentos, programação e pessoal, identificação dos instrumentos usados na qualificação, calibração



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

do validador, critérios de aceitação, relação dos estudos qualificados, posicionamento de sensores, apresentação dos resultados e conclusões.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002).**

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à (ao) CONTRATADA (O) as seguintes sanções:

**I** – Advertência;

**II** – Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

**III** - impedimento de licitar e de contratar com o Estado de Sergipe pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§ 1º O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subseqüente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).**

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§ 2º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).**

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).**

O presente Contrato fundamenta-se:

**I** - Nos termos do **Pregão Eletrônico nº 225/2020** que, simultaneamente:

**a)** constam do **Processo Administrativo 8717/2020**.

**b)** não contrarie o interesse público;

**II** - nas demais determinações da Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decretos Estaduais nº 26.531/09 e nº 26.533/09.

**III** - nos preceitos do Direito Público;

**IV** - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO.**

O Contratante publicará, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente Contrato no prazo de 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de **licitação e de seu número de referência**.



**ESTADO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

---

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93, devidamente comprovados.

§ 1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).**

Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, fica designado o (a) servidor (a) xxxxxxxxxxxxxxxx, R.G. xxxxxxxx-SSP/xx, CPF xxxxxxxxxxxxxx, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência ao credenciante (art. 67 da Lei nº8.666/93).

§ 1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§ 2º - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, a fim de que produza seus efeitos legais.

Aracaju/SE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

(nome do titular do Órgão)

CONTRATADA